Demonstrações Financeiras Intermediárias

STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.

30 de junho de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações financeiras intermediárias

STARR International Brasil Seguradora S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017

Índice

Relatório da administração 1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Intermediárias.....2

Demonstrações financeiras intermediárias auditadas

Balanços patrimoniais 6
Demonstrações do resultado do período.....7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstrações do fluxo de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **STARR International Brasil Seguros S.A.**, em 30 de junho de 2017, apurados com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517, de 30 de julho de 2015, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Contexto operacional: A STARR International Brasil Seguros S.A., foi constituída em 29 de junho de 2012, autorizada pela SUSEP pela portaria nº 4.947, de 23 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de outubro de 2012, a operar com seguros de danos em todo o território nacional. Tendo como foco principal o segmento de médias e grandes empresas, a STARR International Brasil Seguros S.A. é uma seguradora especializada, oferecendo uma diversa gama de produtos em ramos elementares e seguros de pessoas.

Estratégia de atuação: Nosso pilar estratégico está baseado não somente na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de nossos clientes, mas principalmente na entrega consistente e de alta qualidade. A estratégia da Starr, é focar em linhas de negócios específicas, como Transportes, Viagem e Vida em Grupo, que possibilitaram maior retenção de prêmios e baixa volatilidade de riscos. Nossas plataformas de negócios foram desenvolvidas para proporcionar flexibilidade e dinamismo aos parceiros e usuários e visam ainda atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação. Seguimos políticas consistentes de precificação, aceitação de riscos e gerenciamento de sinistros, que são condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Desempenho: A Companhia apresentou em 30 de junho de 2017, ativos totais de R$ 146,405 milhões e patrimônio líquido de R$ 21,306 milhões, tendo o faturamento na ordem de R$ 44,291 milhões, refletidos pelo Seguro Viagem, Acidentes Pessoais, Transporte e DPVAT. O prejuízo da Companhia apresentado até a data foi de R$ 3,656 mil, principalmente devido ao aumento da sinistralidade para a Carteira do Seguro Viagem.

Perspectiva e agradecimentos: A STARR International Brasil Seguros S.A. mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro. A companhia vem se adequando operacionalmente e aprimorando-se em seus controles internos, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos e fraudes. Investir em seus profissionais, ser eficiente operacionalmente, focar em tecnologia e controlar eficientemente custos e despesas e direcionamento de negócios em linhas com alta rentabilidade serão a base do crescimento da seguradora. Aos nossos profissionais e colaboradores diretos e indiretos manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela excelência nos serviços prestados.

São Paulo, 31 de agosto de 2017.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias
RELATÓRIO MG – 2017/143

Aos Acionistas e aos Administradores da
STARR International Brasil Seguradora S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da STARR International Brasil Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STARR International Brasil Seguradora S.A, em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião das demonstrações financeiras intermediárias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

STARR International Brasil Seguradora S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte/MG, 30 de agosto de 2017.

BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES

Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tila Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		**144.468**	**128.126**
Disponível	**7**	**1.430**	**128**
Caixa e bancos		1.430	128
Aplicações	**8**	**103.304**	**90.188**
Títulos de renda fixa		43.359	34.707
Quotas de fundos de investimentos		59.945	55.481
Créditos das operações com seguros e resseguros	**9**	**28.632**	**30.964**
Prêmios a receber	**9.1**	26.299	27.116
Operações com seguradoras		-	3
Operações com resseguradoras	**9.3**	2.268	1.998
Outros créditos operacionais	**9.4**	65	1.847
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	**10**	**7.427**	**3.977**
Títulos e créditos a receber	**11**	**794**	**659**
Títulos e créditos a receber	**11.1**	-	73
Créditos tributários e previdenciários	**11.2**	695	550
Outros créditos	**11.3**	99	35
Despesas Antecipadas	**12**	**34**	**172**
Custos de aquisição diferidos	**13**	**2.847**	**2.038**
Seguros		2.847	2.038
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.937**	**925**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.092**	**1**
Aplicações	**8**	**1.092**	**1**
Quotas de fundos de investimentos		1.092	1
Imobilizado	**14**	**552**	**582**
Bens moveis		510	532
Outras imobilizações		42	50
Intangível	**15**	**293**	**342**
Outros intangíveis		293	342
TOTAL DO ATIVO		**146.405**	**129.051**

PASSIVO	Notas Explicativas	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		**125.099**	**108.820**
Contas a pagar	**16**	**7.630**	**3.621**
Obrigações a pagar	**16.1**	954	1.521
Impostos e encargos sociais a recolher	**16.2**	358	501
Encargos trabalhistas	**16.3**	436	298
Impostos e contribuições	**16.4**	123	281
Outras contas a pagar	**16.5**	5.759	1.020
Débitos de operações com seguros e resseguros	**17**	**15.597**	**8.437**
Prêmios a restituir	**17.1**	793	862
Operações com seguradoras	**17.2**	2	8
Operações com resseguradoras	**17.3**	10.299	4.347
Corretores de seguros e resseguros	**17.4**	1.837	730
Outros débitos operacionais	**17.5**	2.666	2.490
Depósito de terceiros	**18**	**581**	**565**
Provisões técnicas - seguros	**19**	**101.291**	**96.197**
Danos		71.676	63.128
Pessoas		29.615	33.069
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**21**	**21.306**	**20.231**
Capital social		50.141	35.409
Aumento de capital		-	10.001
Prejuízos acumulados		(28.835)	(25.179)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**146.405**	**129.051**

As notas explicativas são parte integrante da demonstrações financeiras

STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	30.06.2017	30.06.2016
Prêmios emitidos	**22.1**	**44.291**	**48.175**
Variações das provisões técnicas de prêmios	**22.2**	(2.607)	(8.427)
Prêmios ganhos	**22.3**	**41.684**	**39.748**
Receita com emissão de apólices	**22.4**	1.206	1.207
(-) Sinistros ocorridos	**22.5**	(28.099)	(23.697)
(-) Custos de aquisição	**22.6**	(5.358)	(3.078)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	**22.7**	(4.188)	(8.155)
Resultado com resseguro	**22.8**	**(3.969)**	**(626)**
(+) receita com resseguro		2.092	1.685
(-) despesa com resseguro		(6.061)	(2.311)
Despesas administrativas	**22.9**	(5.679)	(6.061)
Despesas com tributos	**22.10**	(1.503)	(2.065)
Resultado financeiro	**22.11**	2.257	1.924
Resultado operacional		**(3.649)**	**(803)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		**-**	**1**
Resultado antes dos impostos e participações		**(3.649)**	**(802)**
Participações sobre o resultado	**22.13**	(7)	-
Prejuízo do semestre		**(3.656)**	**(802)**
Quantidade de ações		50.140.544	30.600.000
Prejuízo por ação - R$		(0,07)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares reais)

	Capital social	Aumento capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2015	**23.000**	**7.600**	**(13.295)**	**17.305**
Homologação do aumento de capital				
Portaria SUSEP N.º 1.310 de 01.02.2016	7.600	(7.600)	-	-
Prejuízo no semestre de 2016	-	-	(802)	(802)
Saldos em 30 de junho 2016	**30.600**	**-**	**(14.097)**	**16.503**
Aumento de capital AGO/E 31/08/2016 E 29/09/2016	4.809	10.001	-	14.810
Prejuízo no exercício	-	-	(11.082)	(11.082)
Saldos em 31 de dezembro 2016	**35.409**	**10.001**	**(25.179)**	**20.231**
Homologação do aumento de capital				
Portaria SUSEP N.º 234 e 250	10.001	(10.001)	-	-
Aumento de capital AGE 31/03/2017 E 28/04/2017	-	4.731	-	4.731
Homologação do aumento de capital				
Portaria SUSEP N.º 379 e 392	4.731	(4.731)	-	
Prejuízo no semestre de 2017	-	-	(3.656)	(3.656)
Saldo em 30 de junho de 2017	**50.141**	**-**	**(28.835)**	**21.306**

Impostos e contribuições	(157)	136
Outras contas a pagar	4.167	4.177
Débitos de operações com seguros e resseguros	7.160	6.450
Provisões técnicas - seguros e resseguros	5.094	20.679
Depósito de terceiros	15	930
Caixa Gerado pelas operações	**149**	**1.319**
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	**(3.349)**	**656**
Imobilizado	(31)	(240)
Intangível	(49)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(80)**	**(240)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.731	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	**4.731**	**-**
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**1.302**	**416**
Caixa no início do período	128	82
Caixa no fim do período	1.430	498
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**1.302**	**416**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A STARR International Brasil Seguradora S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 29 de junho de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 4.947, de 23 de outubro de 2012.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. Paulista, 1.079 –16º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil.

O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Companhia são exercidos pela STARR Brasil Participações LTDA, sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A STARR Brasil Participações LTDA detém 99,9% do capital social da Companhia.

A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos:

- 01 – Patrimonial;
- 03 – Responsabilidades;
- 06 – Transportes;
- 07 – Riscos Financeiros;
- 09 – Pessoas Coletivo;
- 13 – Pessoas Individual.

A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na nota explicativa nº 6.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP Nº 517, de 30 de julho de 2015, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as Provisões técnicas passam a ser apresentadas por grupo de ramos de seguros; (ii) as despesas com inspeção de riscos estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição"; (iii) as operações de resseguro estão sendo apresentadas em grupos específicos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2017, apresentadas foram elaboradas nas mesmas bases a fim de possibilitar a sua comparabilidade.

2.2 Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas Demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2017, não haviam títulos classificados nessa categoria.

- Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. Em 30 de junho de 2017 a Seguradora não mantinha títulos registrados como mantidos para venda.

- Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)

A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou 'impaired'.
Caso um ativo financeiro seja considerado como impaired, a Seguradora deve registrar a perda em conta de resultado se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração.

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como default ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor;
- É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários);
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de impairment), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos não significativos.

Para avaliação de impairment de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas decorrentes dos valores a receber a mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular SUSEP Nº 517/2015, considera se existe evidência objetiva de impairment para ativos individualmente significativos. Se a Seguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja impaired, a Seguradora inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para impairment juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de impairment a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados.

Os ativos individualmente significativos que são avaliados para impairment em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de impairment coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de impairment nesta categoria e os estudos econômicos de perda considera emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP Nº 517/2015.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias.

d) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2017 compreendem em caixa e equivalentes de caixa e a conta prêmios.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das Demonstrações financeiras intermediárias nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o exercício.

3.3 Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para redução ao valor recuperável de ativos quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa.

3.4 Ativos intangíveis

(a) Softwares

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

(i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

(ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vende-lo;

(iii) o software pode ser vendido ou usado;

(iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

(v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

(vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocadas as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para impairment periodicamente pela Seguradora.

(b) Licenças de uso de software adquiridos

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos.

3.5 Imobilizado

O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o exercício de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 14.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu.

3.6 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).
Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

4 Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

4.1 Contas a pagar

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

4.2 Benefícios a empregados

De acordo com CPC 33 a Seguradora possui participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei Nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

4.3 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB Nº15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui processos contingentes em andamento, porém foram avaliados por nossos assessores jurídicos com probabilidade de perda remota.

4.4 Imposto de renda e contribuição social

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20%, conforme disposto na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 mil no exercício. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nas alíquotas de 20% e 25%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

4.5 Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos IFRS. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para

avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao exercício de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial submetida a SUSEP, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP Nº 321/15, consolidada pela Circular Nº 517 de 30 de julho de 2015.

(ii) A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações, resseguros e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisadas.

(iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base em metodologia submetida e aceita pela SUSEP e leva em consideração a experiência de sinistralidade da Seguradora.

(iv) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de originação dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices.

4.6 Custos de aquisição

Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização.

4.7 Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

4.8 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do grupo e é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

5 Reconhecimento da receita

5.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco;

(ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

5.2 Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

5.3 Resseguro

Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas.
Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela superintendência de resseguros da Seguradora.

No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso.

Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela superintendência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice.

6 Gerenciamento de riscos

A Circular SUSEP 517/2015, estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

- Risco de subscrição de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de capital;
- Analise de sensibilidade;
- Risco financeiro.

6.1 Gestão do risco de subscrição:

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

a) Mitigadores do risco de aceitação do produto – A aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. A Seguradora mantém uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado.

b) Mitigadores do risco de subscrição – A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Basicamente, a subscrição dos riscos pela Seguradora é procedida através de análise individual de forma a aliar a subscrição com o critério de precificação. Em geral os riscos assumidos são de periodicidade anual. Todos os riscos são registrados em sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados, podendo ser acessado em qualquer parte do globo, permitindo a subscrição do risco a nível global.

c) Mitigadores do risco de resseguro – A Seguradora dispõe de políticas de resseguro como forma para diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. Dessa política constam os critérios de riscos a ressegurar, lista dos resseguradores que atendem aos critérios estabelecidos, bem como o limite de comprometimento das cessões a ser atribuído para cada um deles. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica em cada carteira.

d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes. As provisões técnicas da Seguradora são avaliadas semestralmente, na mesma periodicidade das divulgações das demonstrações financeiras. Juntamente com as avaliações são realizados testes de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos pela Seguradora.

6.2 Gerenciamento de risco de créditos

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

A tabela abaixo apresentada a composição da carteira por classe e por categoria contábil.

Classificação			30/06/2017
	Sem rating	brAAA	Valor de mercado
Caixa e Bancos	1.430	-	1.430
Prêmios a receber	26.299	-	26.299
Outros títulos e créditos a receber	-	-	-
Créditos tributários e previdenciários	695	-	695
Valor justo por meio do resultado	61.037	43.359	104.396
Ativos pós-fixados	**61.037**	**43.359**	**104.396**
Públicos			
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	43.359	43.359
Privados			
Quotas e fundos de investimentos	1.092	-	1.092
Fundos do consórcio DPVAT	59.945	-	59.945
Exposição máxima ao risco de crédito	**89.461**	**43.359**	**132.820**

Classificação			31/12/2016
	Sem rating	brAAA	Valor de mercado
Caixa e Bancos	128	-	128
Prêmios a receber	27.116	-	27.116
Outros títulos e créditos a receber	73	-	73
Créditos tributários e previdenciários	550	-	550
Valor justo por meio do resultado	55.481	34.707	90.188
Ativos pós-fixados	**55.481**	**34.707**	**90.188**
Públicos			
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	34.707	34.707
Privados			
Quotas e fundos de investimentos	-	-	-
Fundos do consórcio DPVAT	55.481	-	55.481
Exposição máxima ao risco de crédito	**83.348**	**34.707**	**118.055**

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

6.3 - Gerenciamento de risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos.

6.4 - Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros.
Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).

	30/06/2017		31/12/2016	
	Nível I	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado
Notas do Tesouro Nacional – NTN	43.359	43.359	34.707	34.707
Quotas e fundos de investimentos	61.037	61.037	55.481	55.481
Total	**104.396**	**104.396**	**90.188**	**90.188**

6.5 - Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

No período findo em 30 de junho de 2017 as concentrações brutas de risco para os produtos da Seguradora estão distribuídas da seguinte forma:

						30/06/2017
Ramo	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
Transporte nacional	-	-	-	8.294	-	8.294
Transporte internacional	-	-	-	4.774	-	4.774
R.C. Transp aéreo carga - RCTA-C	-	-	-	97	-	97
R.C. Transp rodoviário carga - RCTR-C	-	-	-	678	-	678
R.C. Transp desvio de carga - RCF-DC	-	-	-	262	-	262
Riscos Diversos	-	-	-	939	-	939
Pessoas Coletivo Viagem	6	16	3	(2.057)	20	(2.012)
Acidentes Pessoais Coletivo	15	37	10	101	120	283
DPVAT	1.083	2.079	854	6.941	2.730	13.687
Pessoas Coletivo vida	253	850	202	1231	135	2.671
Individual Viagem	-	-	-	14.618	-	14.618
Total geral	**1.357**	**2.982**	**1.069**	**35.878**	**3.005**	**44.291**

						30/06/2016
Ramo	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
Transporte nacional	-	-	-	5.147	-	5.147
Transporte internacional	-	-	-	2.436	-	2.436
0652 - R.C. Transp aéreo carga - RCTA-C	-	-	-	268	-	268
0654 - R.C. Transp rodoviário carga - RCTR-C	-	-	-	309	-	309
0655 - R.C. Transp desvio de carga - RCF-DC	-	-	-	168	-	168
Pessoas Coletivo Viagem	7	33	5	10.095	120	10.260
Acidentes Pessoais Coletivo	25	70	9	262	15	381
DPVAT	1.785	3.037	1.201	10.187	4.113	20.323
Pessoas Coletivo vida	323	418	204	-81	244	1.108
Individual Viagem	5	25	4	7.650	91	7.775
Total geral	**2.145**	**3.583**	**1.423**	**36.441**	**4.583**	**48.175**

6.6 - Gestão de risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 21.

6.7- Análise de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 30 de junho de 2017:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 30.06.2017
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	1.435
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(1.435)

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31.12.2016
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	1.240
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(1.240)

O impacto no resultado após os impostos é de 39% e sobre o Patrimônio Líquido é de 7% em 30 de junho de 2017.

6.8 - Gestão de riscos financeiros

A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco Citibank S.A., que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora.

O principal fator de risco que afeta o negócio da Seguradora é:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	30.06.2017 Saldo impactado
Ativos pré-fixados públicos				
Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	43.359	460	43.819
		43.359	460	43.819
Impacto líquido de efeito tributário			184	

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	31/12/2016 Saldo impactado
Ativos pré-fixados públicos				
Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	34.707	368	35.075
		34.707	368	35.075
Impacto líquido de efeito tributário			147	

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

7 - Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelos valores da rubrica “Disponível”

	30.06.2017	31.12.2016
Bancos	1.430	128
Total	**1.430**	**128**

8 - Aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras de renda fixa são demonstradas abaixo da seguinte forma:

	31/12/2016	Aplicação	Resgates	Rendimentos	30/06/2017
Notas do tesouro nacional	30.509	10.642	-	875	42.026
Fundos DPVAT	55.482	1.726	(3.946)	5.370	58.632
CDB	4.197	1.000	(5.369)	192	20
Total Circulante	**90.188**	**13.368**	**(9.315)**	**6.437**	**100.678**

	31/12/2016	Aplicação	Resgates	Rendimentos	30/06/2017
Quotas e fundos de investimentos	1	23.622	(22.608)	77	1.092
Total Não Circulante	**1**	**23.622**	**(22.608)**	**77**	**1.092**

	31/12/2015	Aplicação	Resgates	Rendimentos	31/12/2016
Notas do tesouro nacional	19.079	28.794	(20.147)	2.783	30.509
Fundos DPVAT	40.113	12.632	(3.946)	6.683	55.482
CDB	-	4.115	(322)	404	4.197
Total Circulante	**59.192**	**45.541**	**(24.415)**	**9.870**	**90.188**

	31/12/2015	Aplicação	Resgates	Rendimentos	31/12/2016
Quotas e fundos de investimentos	5.077	10.591	(15.590)	(77)	1
Total Não Circulante	**5.077**	**10.591**	**(15.590)**	**(77)**	**1**

9 - Créditos das operações com seguros e resseguros

9.1 - Prêmios a receber

			30/06/2017
Ramos	**Prêmios a Receber de Segurados**	**Redução ao Valor Recuperável**	**Prêmios a Receber Líquido**
Riscos Diversos	3	-	3
Transporte Nacional	5.791	(397)	5.394
Transporte Internacional	3.463	(491)	2.972
R.C. Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	262	-	262
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	560	(81)	479
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	106	(1)	105
Pessoas Coletivo Viagem	2.325	(160)	2.165
Acidentes Pessoais Coletivo	537	(224)	313
Pessoais Coletivo Vida	507	(230)	277
Individual Viagem	14.329	-	14.329
Total	**27.883**	**(1.584)**	**26.299**

			31/12/2016
Ramos	**Prêmios a Receber de Segurados**	**Redução ao Valor Recuperável**	**Prêmios a Receber Líquido**
Transporte Nacional	2.777	147	2.630
Transporte Internacional	1.183	302	881
R.C. Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	166	-	166
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	93	12	81
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	37	1	36
Pessoas Coletivo Viagem	6.325	14	6.311
Acidentes Pessoais Coletivo	381	43	338
Pessoais Coletivo Vida	410	127	283
Individual Viagem	16.391	1	16.390
Total	**27.763**	**647**	**27.116**

9.2 - Composição quanto aos prazos de vencimento:

Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer

	30/06/2017	31/12/2016
A vencer de 0 a 30 dias	7.683	17.554
A vencer de 31 a 60 dias	821	7.411
A vencer de 61 a 90 dias	2.855	334
A vencer de 91 a 180 dias	7.403	917
A vencer de 181 a 365 dias	2.705	-
Total	**21.467**	**26.216**

Vencidas

	30/06/2017	31/12/2016
Vencidas de 0 a 30 dias	1.219	204
Vencidas de 31 a 60 dias	2.575	170
Vencidas de 61 a 90 dias	242	146
Vencidas de 91 a 180 dias	702	771
Vencidas de 181 a 365 dias	1.374	141
Vencidas superior a 365 dias	304	114
Total	**6.416**	**1.547**
Total prêmios a receber	**27.883**	**27.763**

9.3 - Operações com resseguradoras

Ramos	30/06/2017 Créditos com resseguros
Transporte Nacional	1.857
Transporte Internacional	208
R.C.Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	3
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	32
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	1
Acidentes Pessoais Coletivo	2
Pessoais Coletivo Vida	165
Total	**2.268**

Ramos	31/12/2016 Créditos com resseguros
Transporte Nacional	1.272
Transporte Internacional	639
R.C.Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	11
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	74
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	2
Total	**1.998**

9.4 - Outros créditos operacionais

		30/06/2017
Consórcio DPVAT	outros créditos operacionais	Total outros créditos operacionais
65	0	65
65	**0**	**65**

		31/12/2016
Consórcio DPVAT	outros créditos operacionais	Total outros créditos operacionais
422	1.425	1.847
422	**1.425**	**1.847**

10. - Ativos de resseguro provisões técnicas

ATIVO	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR Sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de despesas relacionadas	30/06/2017 Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Riscos Diversos	222	-	-	-	222
Transporte Nacional	3.230	694	400	4	4.328
Transporte Internacional	1.861	205	357	-	2.423
R.C. Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	2	-	9	-	11
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	39	-	15	3	57
Acidentes Pessoais Coletivo	-	3	-	-	3
Pessoais Coletivo Vida	1	114	268	-	383
Totais	**5.355**	**1.016**	**1.049**	**7**	**7.427**

ATIVO	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR Sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de despesas relacionadas	31/12/2016 Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Transporte Nacional	715	1.583	318	8	2.624
Transporte Internacional	654	246	378	10	1.288
R.C. Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	-	19	21	-	40
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	12	-	13	-	25
Totais	**1.381**	**1.848**	**730**	**18**	**3.977**

11.- Títulos e Créditos a receber

11.1- Títulos e Créditos a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Outros Créditos a Receber	-	73
Total	**-**	**73**

11.2 - Créditos tributários e previdenciários

	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de Renda a compensar	113	74
Antecipação de Imposto de Renda	232	232
Antecipação de Contribuição Social	189	189
Créditos Previdência Social	52	52
COFINS e PIS a Compensar	87	3
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	22	-
Total	**695**	**550**

11.3 - Outros créditos

	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos a Funcionários	88	-
Adiantamentos para Viagens	1	-
Adiantamentos a fornecedores	6	35
Outros Créditos	4	-
Total	**99**	**35**

12. - Despesas antecipadas

Ramo	30/06/2017	31/12/2016
Pessoas Coletivo Viagem	34	172
Total	**34**	**172**

13. - Custos de aquisição diferidos

Ramos	31/12/2016	Constituição	Reversão	30/06/2017
Transporte Nacional	337	3.432	(2.717)	1.052
Transporte Internacional	114	730	(671)	173
R.C.Transp. Aéreo Carga – RCTA-C	-	17	-	17
R.C.Transp. Rod.Carga – RCTR-C	-	114	(67)	47
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	8	-	(8)	-
Pessoas Coletivo Viagem	705	1.616	(2.211)	110
Acidentes Pessoais Coletivo	7	76	(47)	36
Pessoais Coletivo Vida	43	178	(198)	23
Individual Viagem	824	6.023	(5.458)	1.389
Total	**2.038**	**12.186**	**(11.377)**	**2.847**

Ramos	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Transporte Nacional	131	2.574	(2.368)	337
Transporte Internacional	57	992	(935)	114
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	1	100	(93)	8
Pessoas Coletivo Viagem	453	7.280	(7.028)	705
Acidentes Pessoais Coletivo	11	295	(299)	7
Pessoais Coletivo Vida	4	161	(122)	43
Individual Viagem	-	833	(9)	824
	657	**12.235**	**(10.854)**	**2.038**

14. – Imobilizado

				30/06/2017
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Valor Original**	**Dep.Acumulada**	**Saldo Líquido**
Hardware	20%	493	(180)	313
Sistemas e Aplicativos	20%	11	(6)	5
Telecomunicações	10%	4	(3)	1
Refrigeração	10%	7	(2)	5
Equipamentos	20%	26	(11)	15
Móveis, máquinas e útensilios	10%	205	(38)	167
Veículos	20%	7	(3)	4
Outras imobilizações	20%	92	(50)	42
Total		**845**	**(293)**	**552**

				31/12/2016
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**Valor Original**	**Dep.Acumulada**	**Saldo Líquido**
Hardware	20%	465	(136)	329
Sistemas e Aplicativos	20%	11	(6)	5
Telecomunicações	10%	4	(3)	1
Refrigeração	10%	8	(2)	6
Equipamentos	20%	25	(9)	16
Móveis, máquinas e útensilios	10%	200	(28)	172
Veículos	20%	7	(4)	3
Outras imobilizações	20%	95	(45)	50
Total		**815**	**(233)**	**582**

15. – Intangível

				30/06/2017
Descrição	**Taxa anual de amortização**	**Valor Original**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo Líquido**
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	859	(693)	166
Despesas com desenvolvimento para sistema de computação - DPVAT	20%	152	(25)	127
Total		**1.011**	**(718)**	**293**

				31/12/2016
Descrição	**Taxa anual de amortização**	**Valor Original**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo Líquido**
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	832	(598)	234
Despesas com desenvolvimento para sistema de computação - DPVAT	20%	130	(22)	108
Total		**962**	**(620)**	**342**

16. - Contas a pagar

16.1 - Obrigações a pagar

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	730	1.445
Participação nos Lucros a pagar	65	65
Pagamentos a Efetuar	56	-
Outras Contas a Pagar	103	11
Total	**954**	**1.521**

16.2 - Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2016	31/12/2016
Imposto de renda retido de funcionários	30	54
Imposto de renda retido de terceiros	5	7
Imposto sobre serviços retido	1	-
Imposto sobre operações financeiras	239	221
Contribuições previdenciárias	61	161
Contribuições para FGTS	9	45
Outros impostos e encargos sociais	13	13
Total	**358**	**501**

16.3 - Encargos trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
13º salário	73	-
Férias	198	175
Encargos a recolher	165	123
Total	**436**	**298**

16.4 - Impostos e contribuições

	30/06/2017	31/12/2016
Cofins	106	242
Pis/Pasep	17	39
Total	**123**	**281**

16.5 - Outras contas a pagar

Ramos	30/06/2017	31/12/2016
Transporte Nacional	-	-
Transporte Internacional	-	-
Pessoas Coletivo Viagem	53	29
Pessoais Coletivo Vida	-	-
Individual Viagem	5.706	991
Total	**5.759**	**1.020**

17. - Débitos de operações com seguro e resseguros

A seguir demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, líquidas de comissão, registrados na rubrica "Débitos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras":

17.1 - Prêmios a restituir

Ramos	30/06/2017	31/12/2016
Transporte Nacional	22	96
Transporte Internacional	5	6
Pessoas Coletivo Viagem	590	590
Acidentes Pessoais Coletivo	38	37
Pessoais Coletivo Vida	134	130
Individual Viagem	4	3
Total	**793**	**862**

17.2 - Operações com seguradoras

Ramos	30/06/2017	31/12/2016
Pessoais Coletivo Vida	2	8
Total	**2**	**8**

17.3 - Operações com resseguradoras

Ramos	Resseguradora Local	Resseguradora Admitida	30/06/2017
Riscos Diversos	874	-	874
Transporte Nacional	3.054	679	3.733
Transporte Internacional	4.040	448	4.488
R.C.Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	95	23	118
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	127	20	147
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	40	11	51
Acidentes Pessoais Coletivo	1	-	1
Pessoais Coletivo Vida	887	-	887
Total	**9.118**	**1.181**	**10.299**

Ramos	Resseguradora Local	Resseguradora Admitida	31/12/2016
Transporte Nacional	1.493	352	1.845
Transporte Internacional	1.208	272	1.480
R.C.Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	209	52	261
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	90	22	112
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	50	12	62
Pessoais Coletivo Vida	587	-	587
Total	**3.637**	**710**	**4.347**

17.4 - Corretores de seguros e resseguros

Ramos	30/06/2017	31/12/2016
Transporte Nacional	1.226	471
Transporte Internacional	594	301
Resp. Civil do Transp. Aéreo Carga -RCTA-C	49	26
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	59	9
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	6	-
Pessoas Coletivo Viagem	(170)	29
Acidentes Pessoais Coletivo	5	(31)
Pessoais Coletivo Vida	42	(100)
Individual Viagem	26	25
Total	**1.837**	**730**

17.5 - Outros débitos operacionais

Ramos	30/06/2017	31/12/2016
Pessoas Coletivo Viagem	8	(3)
Acidentes Pessoais Coletivo	42	17
Pessoais Coletivo Vida	2	27
Individual Viagem	2.614	2.449
Total	**2.666**	**2.490**

18. - Depósitos de terceiros

	30/06/2017	31/12/2016
De 1 a 30 dias	163	372
De 31 a 60 dias	6	23
De 61 a 120 dias	173	127
De 121 a 180 dias	52	5
De 181 a 365 dias	56	32
Superior a 365 dias	131	6
Total	**581**	**565**

A rubrica de “Depósitos de terceiros”, é composta por valores recebidos efetivamente e ainda não baixados da rubrica de “Prêmios a Receber”, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

19. - Provisões técnicas seguros

19.1 – Provisões técnicas

30/06/2017

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Despesas Relacionadas	Outras Provisões	Total
Riscos Diversos	223	-	14	-	-	**237**
Transporte Nacional	6.235	997	533	21	-	**7.786**
Transporte Internacional	2.679	248	406	-	-	**3.333**
R.C.Transp. Aéreo Carga – RCTA-C	63	15	20	-	-	**98**
R.C.Transp. Rodov.Carga – RCTR-C	233	-	51	11	-	**295**
R.C.Transp. Desvio de Carga – RCF-DC	1	-	16	-	-	**17**
DPVAT	-	10.989	48.446	-	475	**59.910**
Total Danos	**9.434**	**12.249**	**49.486**	**32**	**475**	**71.676**
Pessoas Coletivo Viagem	396	3.114	2.564	12	-	**6.086**
Acidentes Pessoais Coletivo	113	14	14	-	-	**141**
Pessoais Coletivo Vida	61	510	892	-	-	**1.463**
Individual Viagem	6.441	15.084	400	-	-	**21.925**
Total Pessoas	**7.011**	**18.722**	**3.870**	**12**	**-**	**29.615**
Total Provisões Técnicas	**16.445**	**30.971**	**53.356**	**44**	**475**	**101.291**

31/12/2016

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Despesas Relacionadas	Outras Provisões	Total
Transporte Nacional	2.241	2.788	424	35	-	5.488
Transporte Internacional	1.165	329	430	11	-	1.935
R.C.Transp. Aéreo Carga – RCTA-C	8	62	50	-	-	120
R.C.Transp. Rodov.Carga – RCTR-C	51	-	44	-	-	95
R.C.Transp. Desvio de Carga – RCF-DC	6	-	13	2	-	21
DPVAT	-	11.141	43.902	-	426	55.469
Total Danos	**3.471**	**14.320**	**44.863**	**48**	**426**	**63.128**
Pessoas Coletivo Viagem	4.327	5.259	5.190	89	-	14.865
Acidentes Pessoais Coletivo	29	5	17	-	-	51
Pessoais Coletivo Vida	98	157	495	-	-	750
Individual Viagem	6.161	10.906	336	-	-	17.403
Total Pessoas	**10.615**	**16.327**	**6.038**	**89**	**-**	**33.069**
Total Provisões Técnicas	**14.086**	**30.647**	**50.901**	**137**	**426**	**96.197**

20. - Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais.

I - Bruto de Resseguro	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017
Provisão de Sinistros a Liquidar					**19.992**

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro					

Data de Ocorrência	**30/06/2013**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2016**	**30/06/2017**
No ano de divulgação	-	163	3.204	12.850	51.541
1 ano depois	-	815	4.298	18.548	
2 anos depois	1	1.023	6.524		
3 anos depois	1	1.792			
4 anos depois	1				
Estimativa corrente	1	1.792	6.524	18.548	51.541
Pagamentos acumulados até a data base	1	1.295	5.150	14.943	31.637
Passivo reconhecido no balanço	-	497	1.374	3.605	19.904
Falta acumulada	-	-	-	-	88
Total de sinistros administrativos incluso no balanço					**19.992**

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro					
Data de Ocorrência	**30/06/2013**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2016**	**30/06/2017**
No ano de divulgação	-	-	41	72	89
1 ano depois	-	26	64	89	
2 anos depois	-	26	76		
3 anos depois	-	39			
4 anos depois	-				
Estimativa corrente	-	39	76	89	89
Pagamentos acumulados até a data base	-	39	76	89	89
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-
Falta acumulada	-	-	-	-	-
Total de sinistros judiciais incluso no balanço					**-**

II - Líquido de Resseguro	**30/06/2013**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2016**	**30/06/2017**
Provisão de Sinistros a Liquidar					18.763

II a - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro					
Data de Ocorrência	**30/06/2013**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2016**	**30/06/2017**
No ano de divulgação	-	163	3.204	12.850	44.679
1 ano depois	-	815	4.298	14.857	
2 anos depois	1	1.023	6.524		
3 anos depois	1	1.792			
4 anos depois	1				
Estimativa corrente	1	1.792	6.524	14.857	44.679

Pagamentos acumulados até a data base	1	1.295	5.150	14.740	31.304
Passivo reconhecido no balanço	-	497	1.374	117	13.375
Falta acumulada	-	-	-	-	5.388
Total de sinistros administrativos incluso no balanço					18.763

II b - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro					
Data de Ocorrência	**30/06/2013**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**30/06/2016**	**30/06/2017**
No ano de divulgação	-	-	-	-	-
1 ano depois	-	-	-	-	
2 anos depois	-	-	-		
3 anos depois	-	-			
4 anos depois	-				
Estimativa corrente	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	-	-	-	-	-
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-
Falta acumulada	-	-	-	-	-
Total de sinistros judiciais incluso no balanço					**-**

21. - Patrimônio líquido

a) **Capital social**

Em 31 de agosto de 2016 e 29 de setembro de 2016, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), aprovando a emissão de 14.809.594 (Quatorze milhões Oitocentos e Nove Mil, Quinhentos e Noventa e Quatro) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 14.810, aprovado pela SUSEP pelas portarias Nº 194 ,195, 234 e 250. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R$ 14.810, elevando o Capital Social da Seguradora de R$ 30.600 para R$ 45.410.

Em 31 de março de 2017 e 28 de abril de 2017, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), aprovando a emissão de 4.730.950 (Quatro milhões Setecentos e Trinta Mil, Novecentos e Cinquenta) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 4.731, aprovado pela SUSEP pelas portarias Nº 379 e 392. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R$ 4.731, elevando o Capital Social da Seguradora de R$ 45.410 para R$ 50.141.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da companhia.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

d) Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital

O cálculo capital mínimo requerido – CMR é baseado na resolução CNSP Nº 321/2015 que Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de

investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do Patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2017.

Em janeiro de 2014, foi extinto o cálculo da margem de solvência para as sociedades seguradoras, a partir disso o capital mínimo requerido passou a ser determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco.

Demonstração do Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:

	2017	2016
Patrimônio Líquido	21.306	20.231
(-) Despesas Antecipadas	(34)	(48)
(-) Intangível	(293)	(342)
(=) Patrimônio Líquido ajustado	20.979	19.841
Capital base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Subscrição	15.380	12.249
Capital de Risco de Crédito	635	405
Capital de Risco Operacional	382	447
Risco de Mercado	462	134
Benefício da Correlação entre Risco	(646)	(297)
Capital de Risco (CR)	16.213	12.938
Capital mínimo requerido – CMR (maior entre CB e CR)	16.213	15.000
(R$) Suficiência de capital	4.766	4.841
(%) Suficiência de capital	29%	32%

22. - Detalhamento das contas da demonstração do resultado

22.1 - Prêmios emitidos

Ramos	Emitido	Cancelado	Restituído	Cosseguro Cedido	Prêmio DPVAT	RVNE	30/06/2017 Prêmio Emitido Liquido	30/06/2016 Prêmio Emitido Liquido
Riscos Diversos	875	-	-	-	-	3	878	-
DPVAT	-	-	-	-	13.686	-	13.686	20.323
Transporte Nacional	12.856	(3.610)	(3)	-	-	476	9.719	5.147
Transporte Internacional	4.756	(1.261)	(31)	-	-	(93)	3.371	2.436
R.C. Transp Aéreo Carga - RCTA-C	97	-	-	-	-	(1)	96	268
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	680	(37)	-	-	-	176	819	309
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	310	(66)	-	-	-	2	246	170
Pessoas Coletivo Viagem	1.677	(3.682)	-	-	-	(1.945)	(3.950)	10.259
Acidentes Pessoais Coletivo	329	(45)	(1)	-	-	(2)	281	381
Pessoais Coletivo Vida	2.547	(248)	(6)	6	-	64	2.363	1.108
Individual Viagem	20.775	(5.675)	-	-	-	1.682	16.782	7.774
Total	**44.902**	**(14.624)**	**(41)**	**6**	**13.686**	**362**	**44.291**	**48.175**

22.2. - Variações das provisões técnicas de prêmios

Ramos	30/06/2017	31/12/2016
Riscos Diversos	(223)	-
Transporte Nacional	(3.993)	(2.544)
Transporte Internacional	(1.514)	(1.028)
R.C. Transp Aéreo Carga - RCTA-C	(56)	(35)
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	(182)	(49)
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	5	(14)
DPVAT	(248)	(293)
Pessoas Coletivo Viagem	3.932	(1.467)
Acidentes Pessoais Coletivo	(84)	(82)
Pessoais Coletivo Vida	37	(58)
Individual Viagem	(281)	(2.857)
Total	**(2.607)**	**(8.427)**

22.3 - Prêmios ganhos

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Riscos Diversos	655	-
DPVAT	13.438	20.030
Transporte Nacional	4.415	2.604
Transporte Internacional	3.167	1.408
R.C. Transp Aéreo Carga - RCTA-C	41	233
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	637	260
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	250	155
Pessoas Coletivo Viagem	(18)	8.792
Acidentes Pessoais Coletivo	196	299
Pessoais Coletivo Vida	2.402	1.050
Individual Viagem	16.501	4.917
Total	**41.684**	**39.748**

22.4 - Receita com emissão de apólices

Ramo	30/06/2017	31/12/2016
DPVAT	1.206	1.853
Total	**1.206**	**1.853**

22.5 - Sinistros ocorridos

	30/06/2017		30/06/2016	
Ramos	Sinistros Ocorridos	Sinistralidade (%)	Sinistros Ocorridos	Sinistralidade (%)
Riscos Diversos	(14)	2%	-	-
DPVAT	(11.515)	86%	(17.298)	85%
Transporte Nacional	(1.541)	21%	(1.724)	33%
Transporte Internacional	(202)	6%	(981)	40%
R.C. Transp Aéreo Carga - RCTA-C	78	-190%	(283)	106%
R.C. Transp Rodoviário Carga - RCTR-C	(174)	27%	(640)	207%
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	(21)	8%	(9)	5%
Pessoas Coletivo Viagem	2.918	16211%	(470)	5%
Acidentes Pessoais Coletivo	(9)	5%	(16)	4%
Pessoais Coletivo Vida	(1.443)	61%	(194)	18%
Individual Viagem	(16.176)	98%	(2.082)	27%
Total	**(28.099)**	**62%**	**(23.697)**	**49%**

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios retidos brutos.

22.6 - Custos de aquisição

Ramos	Comissões sobre prêmios	Outros custos de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total custos de aquisição	30/06/2017 Índice de Comercialização (%)
DPVAT	(162)	-	-	(162)	1%
Transporte Nacional	(1.176)	-	715	(461)	27%
Transporte Internacional	(435)	-	59	(376)	14%
R.C.Transp.Aéreo Carga - RCTA-C	(24)	-	17	(7)	59%
R.C.Transp.Rodoviário Carga - RCTR-C	(82)	-	40	(42)	13%
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	(12)	-	-	(12)	5%
Pessoas Coletivo Viagem	(26)	(12)	(596)	(634)	144%
Acidentes Pessoais Coletivo	(72)	(4)	29	(47)	37%
Pessoais Coletivo Vida	(426)	(87)	(20)	(533)	18%
Individual Viagem	(3.648)	-	564	(3.084)	22%
Total	**(6.063)**	**(103)**	**808**	**(5.358)**	**15%**

Ramos	Comissões sobre prêmios	Outros custos de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total custos de aquisição	30/06/2016 Índice de Comercialização (%)
DPVAT	(285)	-	-	(285)	1%
Transporte Nacional	(521)	-	234	(287)	6%
Transporte Internacional	(124)	-	21	(103)	4%
R.C.Transp.Aéreo Carga - RCTA-C	(46)	-	-	(46)	17%
R.C.Transp.Rodoviário Carga - RCTR-C	(26)	-	9	(17)	6%
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	-	-	-	-	0%
Pessoas Coletivo Viagem	(356)	(1.479)	420	(1.415)	14%
Acidentes Pessoais Coletivo	(84)	(11)	27	(68)	18%
Pessoais Coletivo Vida	(223)	(71)	12	(282)	25%
Individual Viagem	(8)	(570)	3	(575)	7%
Totais	**(1.673)**	**(2.131)**	**726**	**(3.078)**	**6%**

Os custos de comercialização são compostos por montantes referentes as comissões e agenciamentos, sendo diferidos por ocasião de emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo médio de 12 meses.

Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios retidos brutos

22.7 - Outras receitas e despesas operacionais

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
DPVAT	(1.422)	(1.527)
Transporte Nacional	(157)	19
Transporte Internacional	(192)	2
R.C.Transp.Aéreo Carga - RCTA-C	(69)	-
R.C.Transp.Rodoviário Carga - RCTR-C	(1.559)	(4.807)
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	(211)	(96)
Pessoais Coletivo Vida	(575)	(539)
Individual Viagem	(3)	(1.207)
Total	**(4.188)**	**(8.155)**

22.8 - Resultado com resseguro

Receita com resseguro

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Transporte Nacional	1.058	421
Transporte Internacional	322	988
R.C.Transp.Aéreo Carga - RCTA-C	(32)	123
R.C.Transp.Rodoviário Carga - RCTR-C	38	153
Acidentes Pessoais Coletivo	2	-
Pessoais Coletivo Vida	703	-
Total	**2.091**	**1.685**

Despesa com resseguro

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Riscos Diversos	(652)	-
Transporte Nacional	(2.337)	(979)
Transporte Internacional	(2.266)	(743)
R.C.Transp.Aéreo Carga - RCTA-C	(74)	(96)
R.C.Transp.Rodoviário Carga - RCTR-C	(89)	(42)
R.C. Transp Desvio de Carga - RCF-DC	(45)	(31)
Acidentes Pessoais Coletivo	(2)	-
Pessoais Coletivo Vida	(595)	(420)
Total	**(6.060)**	**(2.311)**
Total do Resultado com Resseguro	**(3.969)**	**(626)**

22.9 - Despesas administrativas

	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal próprio	(2.530)	(2.801)
Serviços de terceiros	(1.854)	(1.514)
Localização e funcionamento	(565)	(952)
Publicidade e propaganda	(1)	(25)
Publicações	(10)	-
Outras despesas administrativas	(49)	(80)
DPVAT	(670)	(689)
Total	**(5.679)**	**(6.061)**

22.10 - Despesas com tributos

	30/06/2017	30/06/2016
Encargos IOF	(42)	-
Impostos municipais - TE	(32)	(22)
PIS e COFINS	(1.061)	(1.660)
Contribuição sindical	(7)	(41)
Taxa fiscalização	(361)	(342)
Total	**(1.503)**	**(2.065)**

22.11 - Resultado financeiro

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa privados	3.373	3.361
Receitas com títulos de renda fixa públicos	3.141	1.508
Receitas com operações de seguros	324	339
Outras receitas financeiras	99	123
Total	**6.937**	**5.331**

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com renda fixa	(1.066)	-
Despesas financeiras com operações de seguros	(3.613)	(3.402)
Despesas financeiras eventuais	(1)	(5)
Total	**(4.680)**	**(3.407)**
Resultado financeiro	**2.257**	**1.924**

22.12 - Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal.

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 20%.

Os créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos e participações	(3.656)	(3.656)	(802)	(802)
Ajustes (adições / exclusões)	1.155	1.155	183	183
Base de cálculo	(2.501)	(2.501)	(619)	(619)
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Total de tributos	-	-	-	-
Resultado Contabilizado	-	-	-	-

29. - Participação nos lucros

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão participação nos lucros	(7)	-
Total	**(7)**	**-**

Diretora Presidente – Cristina dos Santos Domingues

Diretora – Ana Lucia Barreto Netto Barbosa

Diretor – Mauro Filipe da Silva Reis

Contador – Maurício Gonçalves Camilo Pinto – CRC 1SP145786/O-7

Atuário – Marcos Falcão – MIBA 893